

Governo já é responsável por 74% da dívida externa

Brasília — Até na dívida externa brasileira aumentou a presença do Estado. A participação do setor público no endividamento externo de médio e longo prazos cresceu de 67,5%, ao final de 1982, para 74,1%, em 31 de dezembro de 1983, enquanto, no mesmo período, a dívida do setor privado declinou 7,8%, segundo os últimos dados disponíveis no Banco Central.

O saldo dos recursos tomados no exterior indica que 49,3% (29 bilhões 752 milhões de dólares) representavam compromissos de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, em sua maioria com aval do Governo federal. Os empréstimos contratados diretamente pela União, Estados, municípios, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, de modo geral, atingiram, no final do ano passado, 25 bilhões 263 milhões de dólares, equivalentes a 41,9% do total da dívida externa registrada, ou seja, compromissos com prazos superiores a 360 dias.

Os empréstimos contratados pelo setor privado, com garantia governamental, corresponderam a apenas 2,2% da dívida pública. No final de 1982, a responsabilidade do setor público nos financiamentos de importação passou de 84,6% para 87,9% em 1983. Nos empréstimos em moeda, no mesmo período, houve um incremento de 60,9% para 68%, que o Banco Central justifica pela necessidade de recursos externos visando ao financiamento do balanço de pagamentos.

Tendência

A crescente estatização dos compromissos externos do Brasil é um acontecimento iniciado a partir de 1974, quando as empresas do Governo passaram a efetuar pesados investimentos, com o objetivo de adaptarem-se à crise mundial. Segundo declarou o diretor da área externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano, à Comissão Parlamentar de Inquérito que estudou a dívida externa, “entre 1974 e 1978, o setor público ampliou sua participação no endividamento externo em cerca de quatro vezes”.

No seu depoimento, prestado em cinco de outubro de 1983, Serrano assinalou que “no final de 1982 a dívida pública correspondia a 46 bilhões 800 milhões de dólares, representando 67% do total, situação não muito diferente de 1978: 63,3%. A dívida privada absorveu os restantes 22 bilhões 785 milhões de dólares, que equivalem, em números redondos, a 33%”.

De acordo com os números apresentados à CPI pelo Deputado Jorge Arbage (PDS-PA), através de voto em separado, foi possível dissecar essa informação de Serrano. A dívida pública de 1978, que correspondia a 63,3% do total, era de 27 bilhões 556 milhões de dólares, dos quais 55,7% sob a forma de empréstimos em moeda, 32,9% em importações financiadas e 8,6% como bônus. Na mesma época, a dívida privada respondia por 36,7% do total do endividamento, atingindo 15 bilhões 955 milhões de dólares, dos quais 88,7% em empréstimos em moeda.

No final de 1982, a dívida pública já correspondia a 46 bilhões 858 milhões de dólares, representando 67,3% do total. Em quatro anos, a evolução foi de 70%, segundo o Deputado Arbage, salientando que, em 31 de dezembro de 1982, o endividamento público externo era formado por 68,7% (32 bilhões 204 milhões de dólares) de empréstimos em moeda; 24,4% (11 bilhões 436 milhões de dólares) de financiamentos de importação; e 6,9% (3 bilhões 218 milhões de dólares) correspondiam a outros tipos de recursos captados no exterior.

Captações públicas

O relatório final da CPI da dívida externa, divulgado no início deste mês, demonstra que nos anos de 1972 e 1973, o setor privado respondia por 75% e 60,3%, respectivamen-

te, do volume de recursos captados através da Lei 4131. Em 1975, o setor privado tem sua participação reduzida para cerca de 50%, enquanto em 1980 a predominância de captações por essa via já é quase absoluta do setor público, que passa a responder por 77% dos recursos tomados no exterior.

De acordo com os depoimentos prestados à CPI — principalmente pelo economista Paulo Davidoff Cruz — no período de 1972/76, as captações privadas se mantiveram praticamente constantes em valores correntes, em torno de 1 bilhão 900 milhões de dólares anuais. Em 1980, caem para 1 bilhão 100 milhões de dólares. Mas as captações do setor público, no período 1972/79, apresentaram um sistemático crescimento anual (de 623 milhões de dólares, em 1972, a 6 bilhões 642 milhões de dólares, em 1979). O setor público passou a ser responsável por 76,6% do endividamento via Lei 4131, a partir de 1980.

Energia e transportes

Em 1972, o setor de energia contribuía com 3,6% do endividamento externo. Em 1980, pulou para 25,1%, motivado pelas somas tomadas no exterior em favor da Eletrobrás, CESP, Itaipu, Nuclebrás e Light. O setor siderúrgico também não ficou muito atrás. As captações brutas da Companhia Siderúrgica Nacional e da Cosipa, em 1972, foram de apenas 3 milhões 900 mil dólares.

Em 1977, esse montante subia para 610 milhões 700 mil dólares, entrando na roda a Usiminas, Acesita, Açominas e o próprio Grupo Siderbrás, isoladamente. Em 1979, a captação bruta do setor siderúrgico foi de 913 milhões de dólares, 600 milhões dos quais destinados à mais nova empresa do setor estatal, a Companhia Siderúrgica de Tubarão, instalada em Vitória (ES).

No período 1972/80, a Superintendência da Marinha Mercante foi o maior tomador de empréstimos externos na área de transportes, com 24% (1 bilhão de dólares) do total. O segundo tomador do setor foi o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, com 855 milhões de dólares, enquanto a Rede Ferroviária Federal captou 696 milhões de dólares. O metrô do Rio de Janeiro foi responsável por 583 milhões de dólares, enquanto a cota de endividamento externo do metrô de São Paulo, entre 1972 e 1980, foi relativamente baixa: apenas 41 milhões de dólares. No mercado interno, o metrô paulista gastou, de 1968 a 1983, Cr\$ 996 bilhões. O metrô carioca captou Cr\$ 1 trilhão 873 bilhões.

As dívidas do projeto da Ferrovia do aço, iniciado há dez anos, alcançavam ao final do ano passado Cr\$ 1 trilhão 128 bilhões, o que representavam 1 bilhão 146 milhões de dólares, ao câmbio médio do ano passado. Os empréstimos tomados para construção da ferrovia foram de 755 milhões de dólares e 141 milhões 900 mil libras esterlinas. No mercado interno, haviam sido levantados recursos de Cr\$ 900 milhões. As dívidas estão escalonadas até 1993.

A dívida externa total registrada em 31 de dezembro de 1982 encontrava-se distribuída, de acordo com o ramo de atividades dos devedores, da seguinte forma:

(%)	
Setor primário.....	3,36
Indústria de transformação.....	23,29
Serviços.....	73,35
Governo Federal e estadual.....	12,30
Energia elétrica.....	16,69
Energia nuclear.....	1,20
Transportes.....	7,51
Bancos.....	28,27
Outros.....	7,38
	73,35